

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO E DEMAIS MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO DA
GERÊNCIA DE COMPRAS DE BENS E SERVIÇOS – GECOMP – TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DE MINAS GERAIS.**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 131/2013

Processo: 1632/2013

LICITACAO TJM6 009511 12/DEZ/13 13:09

ELECTROLUX DO BRASIL S/A, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Ministro Gabriel Passos, nº 360, Bairro Guabirota, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 76.487.032/0001-25, neste ato, representada por sua procuradora infra-assinada, vem, mui respeitosamente, à presença de V.Sas, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 5.450/05, apresentar sua

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

em face da constatação de irregularidades que restringem a igualdade e a competitividade no certame, o que faz nos termos abaixo.

ELECTROLUX DO BRASIL S/A.
Rua Ministro Gabriel Passos, 360 – Curitiba – PR – CEP 81520-900
Departamento de Licitações: (11) 3109-1827
suzerli@cavalcanteconsultores.com.br



A presente licitação foi instaurada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na modalidade de Pregão Eletrônico, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**, para futura **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS CONDICIONADORES DE AR TIPO SPLIT COM INSTALAÇÃO**, conforme as especificações contidas no Termo de Referência e demais anexos do Edital.

Visando garantir a competitividade que deve permear todo e qualquer certame licitatório, pretende a Impugnante que sejam **desmembrados os LOTES de 01 a 05 do Termo de Referência**, Anexo I do Edital, para que cada item se torne independente entre si, passando o critério de julgamento a ser o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

Analizando superficialmente, os equipamentos executam a mesma função (refrigeração de ar), mas por possuírem **capacidades térmicas distintas - entre 9.000 BTU e 36.000 BTU**, temos claro que são **DISTINTOS ENTRE SI, DEMANDANDO-SE A DIVISIBILIDADE**.

É sabido que a **JUNÇÃO DE PRODUTOS AUTÔNOMOS E DISTINTOS EM UM ÚNICO LOTE OFENDE A COMPETITIVIDADE** e a **BUSCA PELA MELHOR PROPOSTA**.

Da maneira como está o Edital, para a participação no certame, necessária se faz a apresentação de proposta para todos os equipamentos exigidos no LOTE, ou seja, caso o interessado não possua um dos condicionadores de ar indevidamente agrupado será ele impossibilitado de apresentar proposta para os demais itens, já que o edital prevê como critério de julgamento o menor preço por LOTE.

Tal critério de julgamento não pode prevalecer, pois claramente afronta a **COMPETITIVIDADE**, devendo ser alterado para menor preço por **ITEM**.

Ora, sabe-se que, considerar um **LOTE** composto por equipamentos distintos, **sem o seu desmembramento**, acaba por **RESTRINGIR A COMPETITIVIDADE** entre os participantes, em clara infringência ao art. 3º, *caput* e § 1º, da Lei nº 8.666/9, c.c. art. 5º, *caput* e parágrafo único, do Decreto nº 5.450/05 que transcrevemos a seguir:

ELECTROLUX DO BRASIL S/A.
Rua Ministro Gabriel Passos, 360 – Curitiba – PR – CEP 81520-900
Departamento de Licitações: (11) 3109-1827
suzerli@cavalcanteconsultores.com.br

"Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional, sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;"

"Art. 5º A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.

Parágrafo único. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação."

(grifos e destaques nossos)

Vejamos o caso da Impugnante, que tem grande interesse em participar e, por ser fabricante, tem a possibilidade de ofertar estes produtos com incontestável qualidade e com preços muito competitivos, entretanto, se vê impedida de participar em razão do indevido grupamento de itens, pois em razão das peculiaridades, fabrica equipamentos com capacidade até 24.000 BTU's em uma unidade do grupo e acima desta capacidade, em outra unidade.

ELECTROLUX DO BRASIL S/A.
Rua Ministro Gabriel Passos, 360 – Curitiba – PR – CEP 81520-900
Departamento de Licitações: (11) 3109-1827
suzerli@cavalcanteconsultores.com.br

A configuração atual do Edital afasta os fabricantes, como é o caso da Impugnante, favorecendo empresas de varejo, desrespeitando o princípio da igualdade e inflacionando os valores a serem ofertados, em evidente prejuízo ao interesse público.

Na medida em que os indigitados LOTES descritos no objeto do Edital são compostos por equipamentos com capacidades térmicas distintas, não resta dúvida que o ato de convocação consigna cláusula manifestamente comprometedora ou restritiva do caráter competitivo que deve presidir toda e qualquer licitação, corolário do princípio da igualdade consubstanciado no art. 37, XXI, da Constituição da República:

"Art. 37 (...)

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações;" (grifo nosso)

Neste sentido, importante a lição de Hely Lopes Meirelles, em sua conhecida obra "Licitação e Contrato Administrativo", 12ª Ed, Pgs. 28/29, que assim assevera:

"Igualdade entre os licitantes é o princípio primordial da licitação - previsto na própria Constituição da República (art. 37, XXI)-, pois não pode haver procedimento seletivo com discriminação entre participantes, OU COM CLÁUSULAS DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO QUE AFASTEM EVENTUAIS PROPONENTES QUALIFICADOS ou os desnivalem no julgamento (Art. 3º, §1º). (grifo nosso)

Vejamos o que estabelece o art. 23, § 1º, da Lei nº 8.666/93:

"Art. 23

(...)

§ 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se a licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala." (grifo nosso)

ELECTROLUX DO BRASIL S/A.
Rua Ministro Gabriel Passos, 360 – Curitiba – PR – CEP 81520-900
Departamento de Licitações: (11) 3109-1827
suzerli@cavalcanteconsultores.com.br

Como ensina Marçal Justen Filho:

"Nos termos do princípio geral considerado no art. 23, § 1º, aplica-se a regra da preferência pelo fracionamento da contratação, quando isso for possível e representar vantagem para a Administração. O fracionamento visa ampliar a competitividade, sob o pressuposto de que o menor porte das aquisições ampliaria o universo da disputa". (Idem, op. cit., p. 181)

Do mesmo modo, cite-se a Súmula do TCU sobre a questão:

SÚMULA 247

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade." (grifo nosso)

Decisão 503/2000 Plenário

"Nesse caso, as exigências de habilitação devem adequar-se a essa divisibilidade quando o objeto seja de natureza divisível, sem prejuízo do conjunto ou complexo, atentando, ainda, que este é o entendimento deste tribunal (Decisão nº. 393/94 - TCU - Plenário, Ata nº. 27/94, DOU de 29.06.94)."

E mais, tanto as alegações da Impugnante são pertinentes e plausíveis, merecendo acolhida, que em processo análogo, apresentou Representação ao TCU e foi concedida liminar para suspensão de Pregão Eletrônico, sendo ao final **JULGADA TOTALMENTE PROCEDENTE**, para o fim de determinar a anulação do certame e a adjudicação por item, nos seguintes termos:

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, no art. 45 da Lei nº 8.443/1992, no art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/1993 e nos arts. 237, inciso VII, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta decisão, para que o Banco do Brasil S/A adote as medidas necessárias com vistas a anular o Pregão Eletrônico para Registro de Preços 2013/0831, que teve por objeto a aquisição de equipamentos de ar

ELECTROLUX DO BRASIL S/A.

Rua Ministro Gabriel Passos, 360 – Curitiba – PR – CEP 81520-900

Departamento de Licitações: (11) 3109-1827

suzerli@cavalcanteconsultores.com.br

condicionado tipo "Split", para as dependências do banco localizadas nos estados do Amapá e Pará, em face da afronta ao art. 23, § 1º, da Lei nº 8.666/1993;

9.3. determinar ao Banco do Brasil S/A que, caso opte por promover nova licitação em substituição ao Pregão Eletrônico para Registro de Preços 2013/0831, realize a adjudicação por item, e não por preço global, em observância aos arts. 15, inciso IV, e 23, § 1º, da Lei nº 8.666/1993 e ao entendimento firmado pelo Tribunal na Súmula TCU nº 247; (Processo nº TC-004.526/2013-9 - Representação - TCU, Relator: Ministro José Múcio Monteiro, Data da Sessão: 24/7/2013). (grifos nossos)

Ainda, em processo administrativo (Pregão Eletrônico 04/2012 – Governo do Estado da Bahia) obtivemos **DECISÃO FAVORÁVEL** quando da solicitação de desmembramento do Lote Único, nos termos abaixo:

"A Administração Pública tem a obrigação de seguir o certame dentro do estabelecido no Edital, que é o instrumento vinculatório, sendo que as normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação. Porque a impugnação apresentou fato que culminasse na retificação do edital, decide esta Pregoeira fazer a modificação necessária para fazer constar no instrumento convocatório, decidindo pela reabertura do prazo, por entender que a alteração efetuada é relevante e implica modificação substancial na formulação da proposta."

Da mesma forma, em outro caso (Pregão Eletrônico 039/2012 – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR), também obtivemos sucesso nos seguintes termos:

"A CAR comunica aos interessados que o Pregão Eletrônico nº 39/2012 que seria realizado no dia 30/11/2012 foi alterado para o dia 10/12/2012 às 11h00, horário de Brasília, em virtude de desmembramento dos Lotes, após termos acatado a impugnação da empresa Electrolux."

E mais, além de segregar o objeto em itens, necessária se faz também a exclusão da exigência de instalação dos equipamentos, o que é indubitavelmente mais favorável ao r. órgão, pois permitirá a participação de empresas especializadas na instalação, o que, além de significar melhores preços, também garantirá melhor qualidade dos serviços.

ELECTROLUX DO BRASIL S/A.
Rua Ministro Gabriel Passos, 360 – Curitiba – PR – CEP 81520-900
Departamento de Licitações: (11) 3109-1827
suzerli@cavalcanteconsultores.com.br

Infelizmente, da forma com está, estará sujeita esta Administração a contratar com empresas que irão adquirir de fabricantes e ou distribuidores/ revendas, acrescendo ao preço suas margens de lucro e tributos, onerando a contratação, enquanto poderia adquirir diretamente tais produtos de fabricantes interessados, como é o caso da impugnante.

E que não se diga que o fato de licitar cada uma das atividades de forma autônoma traria ônus para a Administração no sentido de ter que administrar diversos contratos, causando-lhe insegurança, pois o próprio TCU, em decisão plenária, já derrubou esse argumento, vejamos:

"Segundo os responsáveis, a realização da licitação por item implicaria em prejuízo maior à Administração, haja vista a maior probabilidade de fracasso dos itens; contratação de diversos fornecedores, representando dificuldades para gerenciamento e operacionalização(...) Concordo, parcialmente, com o entendimento exposto. De fato, os procedimentos licitatórios, com grande número de produtos alimentícios, realizados pelo (...) demonstram a viabilidade da adjudicação por item, ainda que se obtenham diversos fornecedores distintos. Tal procedimento, igualmente, não gera a falta de determinados produtos e do mesmo modo, a Adjudicação por lotes não garante a entrega total de mercadorias. Essas falhas não estão vinculadas à escolha da divisão da licitação em itens ou não". (Acórdão nº 2.077/2001, plenário, rel. Min Augusto Sherman Cavalcanti) - grifo nosso

Tanto procedem as alegações da ora Impugnante, que, em caso análogo obtivemos **DECISÕES FAVORÁVEIS** quando da solicitação de separação de fornecimento e instalação, aos **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia dos Estados de Tocantins e São Paulo**:

*"(...) Diante do exposto a aquisição de aparelhos de ar-condicionado com serviços de instalação, fere o princípio da razoabilidade, e visando ampliar a disputa não ferindo o caráter competitivo do certame licitatório e analisando os motivos da impugnante julgo procedente o pedido de impugnação do Edital de licitação pregão 23/2012. (...) "(Pregão Eletrônico 23/2012 – **IFTO**)*

*"Primeiramente venho informar que o pedido de impugnação foi apreciado e aceito. Será feita correção do Edital e do Termo de referência excluindo a instalação dos itens 1 a 7." (Pregão Eletrônico 22/2013 – **IFECT/SP**)*

ELECTROLUX DO BRASIL S/A.
Rua Ministro Gabriel Passos, 360 – Curitiba – PR – CEP 81520-900
Departamento de Licitações: (11) 3109-1827
suzerli@cavalcanteconsultores.com.br

Da mesma forma, em outro caso (Concorrência 18/2012 - SENAC), também obtivemos **DECISÃO FAVORÁVEL** nos seguintes termos:

“(...) Submetido à apreciação desta Comissão de licitação, que recebe a Impugnação por ser tempestiva e damos provimento a mesma acatando em parte a solicitação da empresa requerente, retirando a obrigatoriedade dos licitantes em instalar os aparelhos de ar condicionados..(...)”

E não poderia ser outra a decisão do Ministério da Defesa – Comando da Aeronáutica, no Pregão Eletrônico 25/13:

“Esta Administração defere o pedido de impugnação. Entretanto, em virtude da proximidade do encerramento do exercício, não haverá tempo hábil para republicação do edita. Dessa forma, os itens 64 a 73 e, também, os itens 74 a 78 estão excluídos do certame e serão licitados em momento oportuno.”

Apenas para finalizar este assunto, destacamos licitação realizada pelo FNDE (Fundo Nacional Desenvolvimento da Educação), que vossas senhorias podem consultar até mesmo no site do FNDE, através do Pregão 19/2013, a qual visava à aquisição de mais de 100.000 aparelhos de ar condicionado, e que também foi contratado somente equipamentos, ficando de fora o serviço de instalação, que deve ser contratado através de item próprio ou pelo usuário de acordo com cada necessidade, já que cada instalação tem sua particularidade.

Assim, indiscutível que o objeto do Edital merece alteração, de modo que cada empresa possa ofertar a sua especialidade: **FORNECIMENTO ou INSTALAÇÃO**, garantindo-se assim: **MELHOR QUALIDADE NO SERVIÇO e MAIOR ECONOMIA NA CONTRATAÇÃO.**

Por fim, quanto ao selo PROCEL exigido **para os equipamentos constantes nos itens 4.1 e 4.2 do termo de referência (equipamentos de 9.000 e 12.000 Btus)**, crê a Impugnante que esteja havendo algum equívoco, sendo lícito exigir tão somente a CLASSIFICAÇÃO “A” do INMETRO, pois esta já garante a sustentabilidade do produto.

ELECTROLUX DO BRASIL S/A.
Rua Ministro Gabriel Passos, 360 – Curitiba – PR – CEP 81520-900
Departamento de Licitações: (11) 3109-1827
suzerli@cavalcanteconsultores.com.br

Por óbvio, esta Administração está obrigada a adquirir produtos, serviços ou obras menos degradantes ao meio ambiente, facilitando e estimulando o desenvolvimento sustentável, coadunando-se às disposições constitucionais e legais de proteção ao meio ambiente, tais como as elencadas no art. 225 da CF/88 e nos arts. 2º e 9º da Lei nº 6.938/81, que trata da Política Nacional do Meio Ambiente, entretanto, a **exigência da etiquetagem do INMETRO “A” JÁ ATENDE DE FORMA SATISFATÓRIA ESTE OBJETIVO,** não havendo justificativa para se exigir outros tipos de Selos/ Etiquetas.

Foi exatamente este o entendimento do Egrégio Tribunal de Contas da União exarado em Representação apresentada pela Impugnante em processo análogo, vejamos:

É legítima a especificação editalícia das características de eficiência energética desejadas nos equipamentos a serem adquiridos pela administração, sem, contudo, vinculá-los a certificações específicas, a exemplo do selo PROCEL.

Representação apontou possíveis irregularidades no Edital de Pregão Eletrônico 12/2013, promovido pela Fundação Universidade Federal do Maranhão – UFMA, tendo por objeto a aquisição de condicionadores de ar tipo split. A representante alegou, em síntese, que o edital traria exigências restritivas à competitividade do certame ao exigir o selo “PROCEL” para os equipamentos e ao vedar a participação de empresas em consórcio. No que respeita ao uso do selo “PROCEL”, o relator registrou que não observara no caso concreto qualquer restrição à competitividade derivada da utilização desta específica certificação, a vista do inequívoco ambiente de concorrência e da vantajosidade dos preços ofertados. Ademais, considerou louvável a intenção da UFMA de adquirir aparelhos com níveis adequados de eficiência energética, em consonância com o objetivo de promover o desenvolvimento nacional sustentável, na forma prevista no art. 3º da Lei de Licitações. **Nesse diapasão, e de forma a não frustrar a iniciativa com futuros questionamentos, sugeriu que, em outras oportunidades, a universidade “passe a especificar os equipamentos com as características de eficiência pretendida, sem vinculá-los a certificações específicas”.** O Tribunal, ao acolher o juízo de mérito formulado pelo relator, julgou parcialmente procedente a representação, considerando prejudicado o pedido de concessão de cautelar, e **cientificou a UFMA que, em licitações futuras, especifique “os equipamentos a serem adquiridos com as características de eficiência energética pretendida, sem vinculá-los a certificações específicas, a exemplo do selo “PROCEL”.**

Acórdão 1305/2013-Plenário, TC 011.558/2013-0, relator Ministro Valmir Campelo, 29.5.2013. (g.n)

ELECTROLUX DO BRASIL S/A.
Rua Ministro Gabriel Passos, 360 – Curitiba – PR – CEP 81520-900
Departamento de Licitações: (11) 3109-1827
suzerli@cavalcanteconsultores.com.br

Conforme se extrai da portaria 20 de 01/02/06, é exigência legal somente a Etiqueta de classificação do INMETRO, pois este é o órgão competente para aferir a eficiência energética do produto.

Destaca-se que o Selo Procel, trata-se apenas de um selo concedido pela Eletrobrás, de caráter não obrigatório, cuja adesão ao programa é totalmente voluntária, conforme item 3 do Regulamento para Concessão do Selo Procel de Economia de Energia, transcrito abaixo:

“3. Adesão ao programa de concessão do Selo Procel

A adesão ao programa de concessão do Selo Procel é voluntária; no entanto, o fabricante/importador se compromete a usar o Selo Procel em todas as unidades de todos os modelos para os quais foi dada a autorização do uso do Selo Procel, conforme as disposições contidas nos demais itens deste regulamento.”(g.n)

Portanto dignos senhores, tendo em vista o princípio constitucional do art. 5º da CF 88 onde *ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer algo senão em virtude Lei*, a exigência de Selo Procel, cuja adesão é meramente voluntária, **acarreta em nulidade de todo processo licitatório.**

Tanto procedem as alegações da Impugnante, que em processo análogo, Pregão Eletrônico nº MS/MT 530-G05837, realizado pela CEMIG, sua impugnação sobre o mesmo tema foi deferida, determinando-se:

“ (...)Seja alterado o edital de licitação, retirando a obrigatoriedade do material ofertado ter o Selo Procel de Economia de Energia (Eletrobrás); no entanto, exigindo que a Etiqueta de Eficiência Energética do Programa Brasileiro de Etiquetagem (ENCE- INMETRO), na classificação “A” de desempenho (...).”

ELECTROLUX DO BRASIL S/A.
Rua Ministro Gabriel Passos, 360 – Curitiba – PR – CEP 81520-900
Departamento de Licitações: (11) 3109-1827
suzerli@cavalcanteconsultores.com.br

Do quanto narrado até aqui, vê-se que a continuidade de todo o processo da maneira como está, acarretaria ilegalidade no procedimento, sendo viciado o contrato resultante de Edital em que “forem incluídas cláusulas ou condições que comprometam o seu caráter competitivo” (Lei 4.717, de 1.965, Art.4º, III, “b”), o que está reiterado no art. 3º, § 1º, I e II da Lei 8.666/93, sendo pertinente a lição de Carlos S. de Barros Júnior, citado por Hely Lopes Meirelles:

"Procedimento administrativo, a cuja regularidade ficam sujeitos os contratos firmados pela Administração de tal sorte que DEFEITOS OU INFRINGÊNCIAS LEGAIS, ocorridas no seu andamento, viciam o ato ulterior e O TORNAM ILEGÍTIMO." ("Concorrência pública", RDA 80/395) (grifamos)

Ante o exposto, requer se digne o Ilustre Pregoeiro a acolher a presente Impugnação no que tange ao objeto do certame, para que:

- a) **SEJA REALIZADO O DESMEMBRAMENTO DOS LOTES 01 A 05 DE MODO QUE OS CONDICIONADORES DE AR QUE OS COMPOEM POSSAM SER OFERTADOS INDIVIDUALMENTE, PASSANDO-SE O CRITÉRIO DE JULGAMENTO A SER O DE MENOR PREÇO POR ITEM;**
- b) **SEJA SEGREGADO O FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO;**
- c) **SEJA RETIRADA A EXIGÊNCIA DO SELO PROCEL Classificação “A”, PARA OS ITENS 4.1 E 4.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA, EXIGINDO-SE APENAS O SELO INMETRO CLASSIFICAÇÃO “A”, de forma a garantir a legalidade do certame, elaborando-se uma nova especificação ao lote ora atacado.**

ELECTROLUX DO BRASIL S/A.
Rua Ministro Gabriel Passos, 360 – Curitiba – PR – CEP 81520-900
Departamento de Licitações: (11) 3109-1827
suzerli@cavalcanteconsultores.com.br

Requer, ainda, a republicação das previsões editalícias, escoimadas dos vícios apontados, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme § 4º, do art. 21, da Lei nº 8.666/93.

Termos em que,

Pede e deferimento.

Curitiba, 11 de dezembro de 2013.



ELECTROLUX DO BRASIL S/A
Suzerli Neto Ferrari

ELECTROLUX DO BRASIL S/A.
Rua Ministro Gabriel Passos, 360 – Curitiba – PR – CEP 81520-900
Departamento de Licitações: (11) 3109-1827
suzerli@cavalcanteconsultores.com.br